

Eleição para diretor fica adiada

Antônio Cunha

DF - educação

O risco de sofrer uma derrota na votação do projeto de eleições para diretores de escolas fez a bancada do GDF na Câmara Legislativa adiar por mais uma semana o embate com a oposição. O Governo se dispôs a negociar 10 das 12 emendas apresentadas pelos deputados do PMDB e a União Metropolitana de Estudantes Secundaristas (Umesb), mas se recusou a aceitar o chamado voto universal, que garantia "peso" de voto igual para professores, alunos, pais e servidores.

"Aceitar o voto universal seria casuísmo", explica a presidente do Sindicato dos Professores, Lúcia Ivanov. O deputado Benício Tavares (PMDB) contesta dizendo "que aceitar a proposta do Governo seria uma aberração". Outro ponto de discórdia entre Executivo e oposição é a criação de uma chapa única para as eleições nas escolas. Apesar do adiamento, a líder do Governo, Lúcia Carvalho (PT) ainda trabalha com a possibilidade da realização de eleições este ano. "Se fecharmos um acordo na quarta-feira da sema-



A bancada governista se dispôs a negociar as emendas propostas pela oposição ao projeto

na que vem e treremos prazo de 30 dias para as campanhas, creio que o calendário não ficará comprometido".

Isto porque o governo negociou a mudança do prazo da eleição, que o projeto fixou em 15 dias.

"Seria um absurdo comprometer mais de duas semanas de aula para garantir a eleição", rebateu o líder do PMDB, deputado Luiz Estevão. Na opinião de Tadeu Felippelli (PMDB), o governo livrou-se de uma derrota fragorosa ao adiar a

votação. "Nossa pressão e, sobretudo, dos estudantes tem um efeito muito bom junto aos deputados indecisos. Creio na nossa vitória. Afinal, trabalhamos com dados realistas". Ivanov rebate: "O modelo deles é totalmente equivocado".